

SUMÁRIO

I	- ASPECTOS GERAIS DA LEI DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E A JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	
	<i>- Luis Felipe Salomão</i>	1
1.	Introdução	1
2.	O Superior Tribunal de Justiça e a evolução do direito privado	2
	a) Estatísticas	3
	b) Finalidade do recurso especial	3
	c) A ENFAM e a formação adequada para os juízos com competência especializada em recuperação judicial e falência	4
	d) Evolução do direito privado no STJ	5
3.	O direito falimentar e suas fases	6
	a) As quatro fases do direito falimentar no Brasil	8
4.	A Lei de Recuperação de Empresas – aspectos gerais	8
5.	Inovações do Código Civil de 2002 no âmbito do direito empresarial	12
6.	Deficiências no funcionamento da empresa moderna	13
7.	Breves anotações em termos de direito comparado moderno	16
	7.1. Portugal	16
	7.2. Alemanha	17
	7.3. Espanha	18
	7.4. França	20
	7.5. Itália	22
	7.6. Parlamento Europeu – insolvência transnacional (Regulamento 848/2015)	23
8.	Princípios gerais da lei brasileira (11.101/2005)	24
	8.1. Preservação da empresa	25
	a) Valores insignificantes e requerimento de falência como substitutivo de ação de cobrança	25
	b) Análise da viabilidade econômica do Plano de Recuperação	26
	8.2. Separação do conceito de empresa e empresário	32
	a) Comprovação da condição de empresário rural	33
	b) Cooperativas médicas	34
	8.3. Recuperação das sociedades viáveis e liquidação das não recuperáveis	34

8.4. Proteção aos trabalhadores.....	35
a) Limitação de valor do crédito trabalhista	35
b) Momento da constituição	36
c) Vedação a cessões de crédito fraudulentas	37
d) Natureza alimentar do crédito decorrente de honorários de advogado (contratuais e sucumbenciais)	38
8.5. Redução do custo e do crédito.....	40
8.6. Celeridade e eficiência do processo	40
8.7. Segurança jurídica.....	42
8.8. Participação ativa dos credores	43
8.9. Maximização do valor dos ativos do falido.....	45
8.10. Desburocratização da recuperação quanto ao micro e pequeno empresário	46
8.11. Rigor na punição dos crimes.....	47
9. Revolução na insolvência empresarial com a Lei 14.112/2020	50
10. O prazo de suspensão das ações e execuções em face do devedor, depois de deferido o processamento da recuperação judicial.....	52
10.1. Execuções individuais	52
10.2. Prosseguimento das execuções quanto aos coobrigados	56
10.3. Execuções fiscais	57
10.4. Registro do nome do devedor nos bancos de dados e cadastros de proteção ao crédito.....	65
11. A questão da sucessão do arrematante nas obrigações do devedor, observada a Lei 11.101/2005.....	65
12. Sucessão pelas adquirentes de unidades produtivas isoladas	74
13. A responsabilidade de empresa subsidiária.....	75
14. Possibilidade de participação de empresa em recuperação judicial em licitação pública	76
15. Análise econômica do direito no âmbito da recuperação judicial e falência..	79
II - A DECLARAÇÃO JUDICIAL DA FALÊNCIA - Luis Felipe Salomão....	81
1. Introdução - breve histórico do direito falimentar.....	81
2. Requisitos para a decretação da falência.....	82
2.1. Sujeitos passivos	82
a) Empresário individual e sociedade empresária	83
b) Sociedade empresária irregular ou de fato	83
c) Empresa pública e sociedade de economia mista	84
d) Instituições financeiras e outros.....	84
e) Sociedades anônimas	85

f) Empresário rural.....	85
g) A questão do registro mercanti.....	90
h) Casos de dupla atividade (empresarial e civil).....	90
2.2. Insolvência.....	91
a) Valor mínimo da dívida para caracterizar impontualidade.....	91
b) Diferença entre insolvência civil e econômica.....	92
c) Necessidade de protesto.....	94
d) Pedido de sobrestamento descaracteriza a falência.....	95
2.3. Omissões do devedor.....	95
2.4. Atos de falência.....	96
2.5. Sentença de quebra.....	98
a) Período suspeito.....	100
b) Recursos.....	101
3. Ritos processuais.....	101
a) Procedimento único e aplicação subsidiária do CPC.....	101
b) Convolação da recuperação judicial em falência.....	102
c) Possibilidade de ausência do falido da comarca.....	104
4. Competência e princípio da universalidade.....	106
a) Universalidade do juízo.....	108
a.1) Execuções trabalhistas, com ou sem leilão/adjudicação.....	109
a.2) Ação de indenização, em juizado especial ou na justiça comum, inclusive em fase de cumprimento de sentença.....	110
a.3) Ação de despejo.....	112
a.4) Ação de usucapião e anulatória de arrematação.....	113
a.5) Ação de reintegração de posse.....	114
a.6) Quantias ilíquidas.....	115
a.7) Execuções fiscais.....	117
a.8) Prevenção.....	117
5. Extensão da falência.....	118
6. Citação, contestação e depósito.....	121
a) Citação – teoria da aparência.....	122
b) Depósito elisivo completo.....	123
c) Depósito elisivo parcial.....	123
d) Depósito elisivo – reconhecimento – execução frustrada – novo pedido de falência – ausência de prevenção do Juízo.....	124
7. Falência requerida com base no art. 94, I, da Lei de Falências e medidas cautelares.....	125
8. Legitimação ativa.....	127
a) Devedor.....	127

b) Cônjuge ou convivente.....	128
c) Cotista ou acionista do devedor.....	128
d) Credor.....	128
d.1) Crédito discutido em outro processo	129
d.2) Fazenda	129
e) Administrador judicial	130
9. Sentença que decreta a falência.....	130
a) Possibilidade conferida ao magistrado para estabelecer a continuação provisória das atividades do falido, com o administrador judicial à frente	132
b) Inviabilidade de ser extinta a ação falimentar sob o mero fundamento de que o credor possivelmente não lograria êxito em virtude de dificuldades operacionais.....	132
c) Sucumbência.....	134
d) Intervenção do Ministério Público e comunicação ao Fisco.....	134
e) Intervenção do falido.....	137
10. Recursos.....	139
11. Litigância de má-fé.....	143
12. Outras questões.....	144
a) Instrução do pedido de falência – duplicatas virtuais.....	144
b) Representação processual da massa falida	144
c) Segredo de justiça.....	145
d) Custas processuais para a falida	146
e) Juros de mora e correção monetária como condenação para a falida e para as habilitações de crédito na falência	147
f) Ônus da sucumbência fixados em outro processo e nas habilitações de crédito.....	149
g) Honorários de advogado nas habilitações de crédito.....	150
h) Prescrição da ação para apuração de responsabilidade civil dos sócios...	151
i) Desistência do pedido de falência antes de decretada a quebra.....	151
j) Irretratabilidade do reconhecimento da procedência do pedido pelo réu....	152
k) Inexistência de credores habilitados como causa de extinção do processo falimentar.....	152
l) Falência e débitos condominiais.....	152
m) Pedido de restituição e depósitos bancários.....	154
n) Falência e convenção de arbitragem.....	154
o) Bem de família, meação e arrecadação na falência.....	155
13. Ações revocatórias.....	155
a) Distinção de revocatória falencial e desconsideração da personalidade jurídica – prazo de decadência.....	157

b) Alienação de bens incorpóreos e prazo decadencial da ação revocatória.....	158
c) Alienação de bens imóveis dentro do termo legal – necessidade de prova da fraude para ação revocatória	159
d) Prazo decadencial para revocatória – termo <i>a quo</i>	160
e) Ação revocatória de imóvel arrematado – impossibilidade.....	160
f) Ação revocatória e compensação de créditos.....	161
III – A ASSEMBLEIA GERAL DE CREDITORES NA FALÊNCIA – Paulo Penalva Santos.....	163
1. Introdução.....	163
2. Realização do ativo no DL 7.661/1945	164
3. A liquidação na Lei 11.101/2005.....	164
4. As formas e modalidades de realização do ativo	165
5. A participação ativa dos credores na liquidação	167
6. A assembleia geral de credores na falência.....	168
7. O direito de voto na assembleia geral de credores	169
8. O direito de voto do Fisco.....	170
9. A atual decisão assemblear obriga a todos	173
10. O <i>quorum</i> para a deliberação da assembleia de credores.....	174
11. Mudança de ambiente: o papel fundamental das assembleias de credores na Lei 11.101/2005	175
12. O princípio majoritário nas deliberações assembleares	177
13. Objeto da deliberação dos credores.....	179
14. A constituição de sociedade de propósito específico.....	179
15. A criação de fundos de investimentos.....	183
16. Conclusão.....	186
IV – A ASSEMBLEIA GERAL DE CREDITORES NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL – Paulo Penalva Santos.....	187
1. Introdução.....	187
2. Deliberações na assembleia geral de credores na recuperação judicial.....	187
2.1. Aprovação de plano prevendo tratamento diferenciado entre credores da mesma classe.....	188
2.2. Possibilidade de o juiz alterar o plano aprovado em assembleia geral..	193
2.3. O plano de recuperação proposto pelos credores.....	195
2.4. Artigos 6º-B e 50-A da Lei 11.101/2005	196
3. O plano especial para microempresas e empresas de pequeno porte.....	198
4. Conclusão.....	204

V	- CRÉDITOS SUBMETIDOS OU EXCLUÍDOS DOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E DA FALÊNCIA – Luis Felipe Salomão.....	205
1.	Introdução.....	205
a)	Melhor solução para os credores.....	206
b)	Concurso de crédito na recuperação judicial/falência e concurso de credores na execução individual – diferenças.....	208
2.	Breve visão do sistema financeiro.....	209
2.1.	Resumo histórico da atividade bancária.....	209
2.2.	A atuação dos bancos.....	211
2.3.	Jurisprudência bancária.....	213
a)	Ação de consignação em pagamento.....	213
b)	Ação de prestação de contas em contratos bancários.....	214
c)	Ação revisional de cláusulas contratuais.....	216
c.1)	Juros remuneratórios.....	216
c.2)	Juros remuneratórios e moratórios, mora, inscrição em cadastro de inadimplentes e disposições de ofício.....	216
c.3)	Comissão de permanência.....	218
c.4)	Capitalização de juros.....	218
d)	Caderneta de poupança e expurgos inflacionários.....	220
d.1)	Planos econômicos.....	220
d.2)	Correção monetária dos ativos retidos.....	223
d.3)	Ações contra a Minas Caixa.....	223
d.4)	Execução de sentença que reconhece direito aos expurgos..	224
d.5)	Suspensão de ações individuais.....	224
d.6)	Execução individual em ação civil pública.....	225
d.7)	Juros de mora na ação civil pública.....	227
e)	Contrato de arrendamento mercantil.....	229
f)	Contrato de consórcio.....	230
g)	Contrato de financiamento garantido por alienação fiduciária.....	231
h)	Financiamento imobiliário no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação – SFH.....	232
h.1)	Imputação dos pagamentos mensais.....	232
h.2)	Sistema de amortização do saldo devedor.....	232
h.3)	Capitalização de juros, Tabela Price e juros remuneratórios.....	232
h.4)	Correção monetária do saldo devedor e venda casada.....	233
h.5)	Transferência do financiamento.....	234
h.6)	Saldo devedor residual.....	235
h.7)	Ex-mutuário e contrato de arrendamento imobiliário especial....	236
h.8)	Contrato de seguro adjeto a contrato de mútuo.....	237

h.9) Execução extrajudicial.....	241
i) Contrato de mútuo feneratício	242
j) Extratos bancários	243
k) Inscrição em cadastro de inadimplentes	244
k.1) Notificação prévia.....	244
k.2) Quitação da dívida e exclusão do registro desabonador	246
k.3) Inscrição legítima preexistente	246
k.4) Reprodução fiel em banco de dados.....	247
l) Responsabilidade civil das instituições bancárias	248
m) Tarifas bancárias	248
n) Títulos de crédito	251
n.1) Cheque.....	251
n.2) Duplicata	252
n.3) Nota promissória.....	252
n.4) Cédula de crédito bancário.....	253
n.5) Cédula de crédito rural.....	253
n.6) Protesto extrajudicial.....	254
3. Créditos submetidos aos efeitos da recuperação.....	255
a) Créditos posteriores ao pedido de recuperação.....	257
b) Fiadores e avalistas.....	259
c) Contratos antes da recuperação.....	259
d) Novação operada pelo plano	259
4. Créditos com garantia fiduciária e com garantia real.....	261
4.1. Bens móveis e imóveis, fungíveis e não fungíveis	261
4.2. Direitos reais “em garantia” e “de garantia”	262
a) Alienação fiduciária e cessão fiduciária – conceitos	265
4.3. A controvérsia sobre a cláusula supressória de garantias.....	266
5. Créditos excluídos dos efeitos da recuperação	274
6. Créditos com exclusão total – as exceções previstas no art. 49, § 3º, da Lei de Falências (não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial)	275
a) Propriedade fiduciária	275
b) Arrendamento mercantil.....	278
c) Direito real de aquisição.....	279
d) Compra e venda com reserva de domínio.....	280
7. Alienação fiduciária em garantia e cessão fiduciária de crédito.....	282
8. A “trava bancária” na recuperação judicial.....	289

9. As exceções previstas no art. 49, § 4º, da Lei de Falências	291
10. Créditos com exclusão parcial – o art. 49, § 5º, da Lei de Falências	292
11. Os créditos na falência	294
11.1. Créditos concursais	298
a) Créditos trabalhistas	298
b) Os honorários advocatícios se equiparam aos créditos trabalhistas para efeitos de habilitação em falência	299
c) Créditos hipotecários	300
d) Multas contratuais	300
e) Crédito decorrente de ressarcimento do custo da obra	301
11.2. Créditos extraconcursais	301
a) Créditos derivados de negócios jurídicos efetuados no período compreendido entre a data do pedido de recuperação e do pedido de falência	301
b) Encargos da massa – débito condominial	302
c) Créditos lastreados em contratos de fiança bancária	303
VI – O CRÉDITO TRIBUTÁRIO NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E NA FALÊNCIA – Paulo Penalva Santos	305
1. Introdução	305
2. O crédito tributário na recuperação judicial	305
2.1. A sucessão tributária na recuperação judicial	305
2.2. Principal distinção entre a regra do CTN e a da Lei Falimentar	310
2.3. A responsabilidade tributária na transformação, na fusão e na incorporação	310
2.4. A responsabilidade tributária na cisão	312
2.5. O conceito de filial e de unidade produtiva isolada	317
2.6. O momento da comprovação da regularidade do crédito tributário na recuperação judicial	319
2.7. Direito ao parcelamento. A correta interpretação do art. 57 da Lei 11.101/2005 e do art. 191-A do CTN	319
2.8. O novo parcelamento especial para empresa em recuperação judicial ...	326
2.8.1. A evolução da legislação sobre o parcelamento tributário destinado à empresa em recuperação judicial	326
2.8.1.1. A edição da Lei do Parcelamento Tributário Federal (Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014)	328
2.8.2. O advento da Lei nº 14.112, de 24 de dezembro de 2020, e a nova disciplina do parcelamento	330
2.8.3. Principais aspectos da nova disciplina do parcelamento	331
2.8.3.1. Parcelamento destinado a devedor em recuperação judicial	331

2.8.3.2.	Dívidas que podem ser objeto do Parcelamento ...	333
a)	Débitos existentes na data do pedido	333
b)	Débitos tributários e não tributários – Natureza jurídica das multas.....	335
c)	Benefícios concedidos ao devedor: prazo e meios de liquidação do passivo.....	337
d)	Os débitos devem ser parcelados ou garantidos....	338
e)	A manutenção da regularidade fiscal como requisito para manutenção do parcelamento....	338
2.8.3.3.	Condições excessivamente onerosas.....	339
2.8.3.4.	Ônus não inferiores aos previstos na legislação anterior.....	340
2.9.	A Lei de Transação de Créditos Tributários e Não Tributários da União (Lei 13.988, de 14 de abril de 2020)	342
3.	O crédito tributário na falência.....	345
3.1.	A classificação do crédito tributário na falência	345
3.2.	Compensação do crédito tributário	348
3.3.	O requerimento de falência pela Fazenda Pública. Impossibilidade. Violação ao princípio da razoabilidade e da função social da empresa.....	352
3.4.	O incidente de classificação do crédito público e sua natureza jurídica.....	356
4.	Conclusão.....	358
VII – OS CONTRATOS NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E NA FALÊNCIA – Paulo Penalva Santos		359
1.	Introdução.....	359
2.	Contratos na vigência do DL 7.661/1945.....	360
2.1.	Os contratos unilaterais.....	360
2.2.	Contratos bilaterais.....	361
2.3.	Contratos de sociedade	361
2.4.	Contratos na concordata preventiva	362
3.	Contratos na Lei 11.101/2005.....	363
3.1.	Contratos na falência.....	363
3.2.	As relações contratuais regidas pelo art. 119	364
3.2.1.	Coisas expedidas ao falido e ainda em trânsito.....	364
3.2.2.	Contrato de venda de coisas compostas	365
3.2.3.	Contrato de venda a prestações.....	365
3.2.4.	Contrato de venda com reserva de domínio.....	366
3.2.5.	Venda a termo.....	366

3.2.6.	Promessa de compra e venda de imóveis.....	366
3.2.7.	A falência do vendedor e o direito à aquisição do bem imóvel.....	367
3.2.8.	Contrato de locação	368
3.2.9.	Compensação e liquidação no âmbito do sistema financeiro nacional.....	369
3.2.10.	Patrimônio de afetação	369
3.2.11.	Contrato de sociedade	370
3.3.	Os contratos na recuperação judicial	372
3.3.1.	A manutenção das regras contratuais.....	372
3.3.2.	A novação na recuperação judicial	373
3.3.3.	Da cláusula resolutória expressa	380
3.3.4.	Arbitragem na recuperação judicial.....	382
3.3.5.	A possibilidade de modificação do contrato pelo plano	383
3.3.6.	A importância do registro do penhor de crédito	384
3.3.7.	O financiamento do devedor e do grupo devedor durante a recuperação judicial	385
3.4.	A possibilidade de prorrogação compulsória de contrato essencial para o soerguimento da empresa em recuperação judicial.....	386
3.4.1.	A competência do juízo da recuperação judicial.....	387
3.4.1.1.	Mitigação da regra geral: competência do juízo da recuperação judicial para decidir medidas necessárias para resguardar bens e interesses das devedoras	387
3.4.2.	A possibilidade de prorrogação dos contratos essenciais para o sucesso da recuperação	390
3.4.2.1.	A boa-fé no direito brasileiro	390
3.4.2.2.	A interpretação do contrato conforme a real intenção das partes. A relação contratual por prazo indeterminado.....	395
3.4.2.3.	O procedimento para rescisão de contratos à luz do art. 473 do Código Civil.....	396
3.4.2.3.1.	O prazo razoável para a prorrogação e o momento para a decisão da questão.....	404
3.4.3.	Conclusão	405
4.	Casos especiais	406
4.1.	Arrendamento mercantil (<i>leasing</i>)	406
4.2.	A alienação fiduciária	410
4.3.	Adiantamento a contrato de câmbio	411
4.4.	Concessionárias de serviço público.....	413

5.	O caso da cessão fiduciária de recebíveis.....	414
5.1.	Ações e execuções não sujeitas à recuperação judicial.....	414
5.2.	O caso específico da cessão fiduciária de recebíveis	415
5.3.	Bens de capital.....	420
6.	Conclusão.....	425
VIII – A TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA RECUPERAÇÃO DE EMPRESA E NA FALÊNCIA		
	– Luis Felipe Salomão.....	427
1.	Introdução.....	427
1.1.	Um pouco de história da atividade mercantil e da utilização da pessoa jurídica para esse fim.....	427
1.2.	Teorias acerca da natureza das pessoas jurídicas	429
2.	A teoria da desconsideração da personalidade jurídica	432
3.	A desconsideração no direito brasileiro.....	434
3.1.	Direito positivo.....	434
3.2.	Conceito	436
	a) Teoria maior e menor da desconsideração	437
	b) Desvio de finalidade ou confusão patrimonial	438
	c) Inexistência de extinção da pessoa jurídica, mas atuação episódica.....	439
3.3.	A desconsideração e o bem de família.....	439
3.4.	Jurisprudência	444
	a) Efeitos e alcance da desconsideração – sócios participantes da conduta ilícita ou que dela se beneficiaram, ou acionistas controladores	444
	b) Pressupostos da desconsideração: atos fraudulentos, a confusão patrimonial ou o desvio de finalidade	445
	c) Finalidade da desconsideração	446
3.5.	Abuso de direito ou fraude na recuperação judicial e falência.....	446
3.6.	Ação própria para apuração da responsabilidade dos sócios (LTDA.) e controladoras/administradores (S/A).....	448
3.7.	Extensão da falência aos sócios	449
3.8.	Pessoas atingidas pela desconsideração.....	451
4.	Aspectos processuais.....	452
4.1.	Desnecessidade de ação própria para aplicação da teoria da desconsideração.....	452
4.2.	Impugnação da decisão de desconsideração.....	454
4.3.	Prescrição e decadência.....	455
4.4.	Competência.....	457
5.	A desconsideração no Novo Código de Processo Civil	458

IX – A APLICAÇÃO DO NOVO CPC À LEI 11.101/2005 – Luis Felipe Salomão.....	461
1. Introdução.....	461
2. Insolvência civil.....	463
3. Cadastramento das pessoas jurídicas para comunicação processual via eletrônica.....	463
4. Forma de contagem dos prazos.....	464
4.1. Prazo de suspensão das ações em face da empresa em recuperação....	464
4.2. Prazos de direito processual, material e misto: a) prazos processuais: contestar e recorrer; prazos com chamadas de editais; b) prazos materiais: prescrição e decadência; para interpelação do administrador e cumprimento do contrato – artigo 117, § 1º, LRF; prazo de ineficácia de atos para efeito de revocatória – artigo 129, IV e V; prazo para propositura da própria ação revocatória – artigo 132; c) prazos mistos: prazo de suspensão das ações – § 4º do artigo 6º da LRF; termo legal da falência – artigo 99-II; prazo para depósito elisivo da falência – artigo 98, parágrafo único.....	471
4.3. Prazo em dobro para recorrer não se aplica a credores de sociedade em recuperação judicial.....	472
4.4. Negócio processual (artigo 190 do NCPC).....	472
5. Cabimento do agravo de instrumento e sustentação oral.....	473
5.1. Introdução.....	473
5.2. Agravo de instrumento.....	474
a) Cabimento do agravo.....	474
b) Embargos infringentes e a técnica de julgamento do artigo 942 do CPC/2015.....	482
c) Julgamento surpresa.....	484
d) Sustentação oral no agravo.....	485
5.3. Decisão que defere o processamento da recuperação judicial.....	486
6. Cabimento de ação rescisória.....	487
7. Honorários de sucumbência e regra de transição.....	487
8. Arbitragem e mediação no novo CPC e a relação com a Lei de recuperação e falência.....	499
8.1. Introdução.....	499
8.2. Arbitragem e mediação, recuperação judicial e falência.....	501
8.3. Jurisprudência do STJ sobre sentença arbitral e recuperação judicial....	505
X – OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL – Paulo Penalva Santos.....	509
1. Introdução.....	509

2. Honorários advocatícios: crédito equiparado ao trabalhista.....	509
3. Honorários de sociedade de advogados.....	511
4. Honorários advocatícios: ausência de limitador de 150 salários mínimos na recuperação judicial.....	513
5. Conclusão.....	515
XI - A CONSOLIDAÇÃO SUBSTANCIAL NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL: A PROBLEMÁTICA DO PLANO ÚNICO - Paulo Penalva Santos	517
1. Introdução.....	517
2. Grupos econômicos de direito e de fato.....	518
3. Litisconsórcio ativo na recuperação judicial: a consolidação processual... ..	525
4. Plano de recuperação judicial único: a consolidação substancial.....	535
5. Conclusão.....	545
XII - INSOLVÊNCIA TRANSNACIONAL - Luis Felipe Salomão e Paulo Penalva Santos	547
1. Introdução.....	547
2. Evolução no tratamento jurídico da matéria.....	549
3. Elementos fundamentais da insolvência transnacional na Lei 14.112/2020 ...	553
3.1. Do acesso à jurisdição brasileira.....	553
3.1.1. A isonomia entre os credores nacionais e os estrangeiros... ..	554
3.2. Do reconhecimento de processos estrangeiros.....	555
3.3. Da cooperação com autoridades e representantes estrangeiros.....	556
3.4. Dos processos concorrentes.....	557
4. A insolvência transnacional e a consolidação na recuperação.....	558
5. Conclusão.....	563
XIII - SUSPENSÃO DA COBRANÇA DA MULTA ADMINISTRATIVA E SUA SUJEIÇÃO À RECUPERAÇÃO JUDICIAL - Paulo Penalva Santos	565
1. Introdução.....	565
2. Distinção de tributo e multa administrativa.....	566
3. O crédito tributário e as multas na falência.....	567
4. O crédito tributário e as multas na recuperação.....	573
4.1. Recuperação extrajudicial.....	573
4.2. Recuperação judicial.....	575
5. Conclusão.....	579

XIV – A RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL – Paulo Penalva Santos.....	581
1. Introdução.....	581
2. Os novos meios preventivos.....	584
3. Observações preliminares: objeto da recuperação extrajudicial.....	585
4. Legitimidade para apresentação do plano extrajudicial.....	588
5. Requisitos para a homologação do acordo extrajudicial.....	588
6. Requisitos formais	588
7. Credores não abrangidos pela recuperação extrajudicial	592
8. Proibição de pagamento antecipado ou de tratamento desfavorável	592
9. Impedimentos à homologação do plano	593
10. A suspensão de ações e a impossibilidade do pedido de decretação de falência.....	593
11. Desistência do pedido	594
12. A sentença homologatória é título executivo judicial.....	595
13. Tipos de acordo	595
14. Objeto	596
15. A justificativa.....	596
16. Abrangência do acordo. Possibilidade de instituição de subclasses pelo plano.....	597
17. Critérios de apuração do percentual	608
18. Condições de ordem econômica	611
19. Os documentos contábeis.....	612
20. O rito processual.....	613
21. Efeitos do plano de recuperação extrajudicial.....	617
22. A alienação judicial de filiais ou de unidades produtivas isoladas.....	617
23. Possibilidade de realização de outras modalidades de acordo privado.....	618
24. A nota de crédito industrial.....	618
25. Síntese das novidades introduzidas pela Lei n. 14.112/2020.....	619
26. Conclusão.....	620
XV – MODELOS DE PEÇAS.....	621
1. Petição de impetração de recuperação judicial.....	621
2. Decisão de perícia prévia – art. 51-A.....	633
3. Sentença de encerramento da falência – art. 114-A.....	635
BIBLIOGRAFIA	639